

Karla Leonora Dahse Nunes



Antonieta de Barros – A Novidade do Voto Feminino em Santa Catarina na Década de Trinta

Karla Leonora Dahse Nunes¹

Resumo

Em 1932, Getúlio Vargas concedeu, por Decreto, o direito de voto às mulheres; uma novidade que gerou intensos debates que ora convergiam, ora divergiam sobre a aplicabilidade da questão sufragista feminina. A despeito da mobilização feminina/feminista em torno da legitimação dessa conquista na Constituição a ser outorgada em 1934, observou-se que a maioria das mulheres catarinenses não se envolveram em tais debates. No entanto, justamente nesse Estado, foi eleita como deputada uma mulher negra - a professora Antonieta de Barros - personagem ímpar na história catarinense por ter representado, ainda que não intencionalmente, a quebra de estereótipos relacionados à etnia, à classe social e ao gênero.

Palavras-Chave: Voto Feminino, Discursos Ideológicos, Preconceitos.

Abstract

Getúlio Vargas conceded the right to vote for women by decree in 1932. This news created intensive debates at that time: divergences and convergences. Despite the female movement around the legitimacy of this conquest in Constitution to be sanctioned in 1934, the most of womwn from the state of Santa Catarina didn't get involve in such debates. However, righ here-in this state, a black women was elected as deputy (elective position) – the teacher ANTONIETA DE BARROS. The unique personality in the historiography from the State of Santa Catarina who represented the break of stereotypes to the ethnic, social class and gender.

Key Words: feminine vote, ideological speeches and prejudices.

A análise da produção historiográfica catarinense, tanto aquela tida como

¹ Graduada em História em 1998 pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Iniciou, em 1999, o Curso de Pós Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a orientação do Professor Doutor Élio Cantalício Serpa.

clássica como a mais recente, envolveu-me em questionamentos sobre a participação feminina na cena política na década de 30, sobretudo após o Decreto que permitiu a participação feminina no processo sufragista brasileiro. Deparei-me com um nome cujo rosto parecia já ir se apagando da memória sôfrega em resguardar, nos recônditos insólitos dos mais velhos, resquícios do seu lembrar.

Nas eleições para a Assembléia Legislativa, em 1934, Antonieta de Barros foi eleita Deputada Estadual pelo Partido Liberal Catarinense (PLC). Era a primeira, e diga-se de passagem a única, mulher negra no Estado de Santa Catarina que ascendeu a um cargo político - deputada - e a um espaço até então eminentemente masculino - a Assembléia Legislativa. Ascender a essa condição, não parece ter sido tarefa fácil, pois o direito de votar e ser eleita era, praticamente, uma *novidade* para o Estado de Santa Catarina, bem como para outros tantos Estados da Federação.

O novo quase sempre assusta e gera desconfortos e desconfianças. Apesar de já não ser assunto tão *novo* assim, pois, segundo consta na bibliografia específica sobre a ação das feministas no Brasil, as primeiras manifestações em prol do voto feminino deram-se ainda antes do advento da República (1889), embora, ao que parece, tais manifestações não tenham tido muita circularidade em Santa Catarina. Nisso reside a estranheza. Um Estado que não apresentou, de forma expressiva, uma mobilização pró-voto feminino, elegia, entre tantos nomes masculinos já conhecidos pelas oligarquias catarinenses, justamente uma mulher como um de seus representantes políticos.

A *novidade* do voto feminino, inicialmente, veio através de Decreto, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas, em fevereiro de 1932. O Decreto concedeu nacionalmente não só o voto feminino, mas também o voto secreto e a redução da idade dos eleitores de 21 para 18 anos. Uma conquista árdua, após anos de difíceis e nem sempre possíveis diálogos. Não obstante, em dez Estados brasileiros, antes mesmo de sobrevir a Revolução de 1930 e o Decreto de 1932, o voto feminino já havia sido instituído. Entre esses Estados destacaram-se Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte que, ainda em 1927, implantou a *novidade* com sucesso, o que gerou uma ampla repercussão não apenas nacionalmente, como também internacionalmente.

Além de conceder direitos a muito pleiteados, o Decreto proporcionou acirrados debates sobre as condições fisiológicas femininas que intervinham ora favoravelmente e ora contrárias à ação de votar. Estes debates estenderam-se, pode-se dizer, por toda a década de 30, senão por mais, sendo possível

encontrá-los nos dias atuais.

Debates como esses, dos quais reproduzo abaixo alguns trechos, evidenciam a divisão nas opiniões dos Constituintes que, em 1934, reuniram-se para redigir um novo texto Constitucional para o país. Era a chance que as mulheres tinham para legalizar, via Constituição Federal, os direitos sufragistas femininos, ameaçados então pela não compactuação da maioria dos constituintes com estes ideais. A esse respeito, convém ressaltar a fala do deputado por Santa Catarina, Sr. Arão Rabelo:

“... a natureza não dá saltos, cada ser deve conservar-se no seu setor, no setor que a natureza lhe destinou ... a finalidade da mulher é ser mãe e ser rainha do lar. Dar-lhe a missão política é matar- lhe o sentimento materno ...”²

E prossegue seu discurso, proferindo que “a mulher não tem vontade própria, nasceu para ser dirigida”. Essas colocações ocasionaram apartes de vários deputados que se levantaram, gritaram uns com os outros, enfim, criaram o maior alvoroço. O que fez o colunista, responsável em acompanhar as sessões para depois reproduzi-las nos jornais, desabafar: “A sessão de ontem na Assembléia foi agitada.”³

No entanto, a Assembléia em questão parece pegar fogo quando um deputado diz que o Sr. Arão Rabelo deveria lembrar-se do fato de ter sido eleito por Santa Catarina e “*não pode pois falar das mulheres*”⁴, referindo-se ao fato do Estado ser o berço de mulheres como Anita Garibaldi⁵. Neste momento, o orador interpelado inflama-se e grita: “Anita Garibaldi era uma vagabunda”, o que, novamente, mereceu comentários do colunista: “A gritalhada no recinto aumentou pedindo a retirada da expressão”. Como se observa, debates, ou melhor, embates como esses foram comuns e encontram-se fartamente reproduzidos nos jornais da época.

Os discursos civilizadores sobre os papéis masculinos e femininos foram, e são ainda, muito opressivos, porém, deveras, muito eficazes. Tão eficazes que acabaram internalizados, sendo-lhes conferido, através da prática cotidiana, o estatuto de *naturais*. Assim, como atentar contra a natureza sem incorrer em crime, não é mesmo?

² Jornal *A Pátria*, Florianópolis, 05 de julho de 1934.

³ Jornal *A Pátria*, 05 de julho de 1934.

⁴ Jornal *A Pátria*, 05 de julho de 1934.

⁵ Anita Garibaldi, catarinense, conhecida pela historiografia como “heróina de dois mundos”, tornou-se legendária por lutar, juntamente com o marido italiano Giuseppe Garibaldi, contra a política reacionária imperial e a favor de maior autonomia política para as Províncias nos idos de 1836.

Voltando ao Decreto de 1932, a partir dele estariam habilitados ao voto todos os brasileiros alfabetizados, maiores de 18 anos. Às mulheres, o voto era facultativo, bem como aos homens com mais de 60 anos. Mulheres e velhos. Para eles, se alfabetizados, o voto era facultativo, ou seja, se *quisessem* poderiam votar. Ora, se retomarmos a frase do deputado Arão Rabelo - "mulher não tem vontade própria" - que, de certa forma norteava o senso comum da época, poderíamos argüir: qual a proporção de mulheres alfabetizadas (o que já era uma raridade nas camadas ditas populares) que realmente foram capazes de demonstrar vontade própria através do voto?

Neste trabalho não pretendo entrar na questão dos *velhos* especificamente, apenas desejo pensar que, na prática, mulheres e velhos, seres culturalmente construídos e constituídos como de *natureza frágil*, quase irresponsáveis por seus atos, estavam como que irremediavelmente sob a tutela de outros, mais *fortes*.

Mesmo com toda a luta empreendida pelas feministas sufragistas, a obrigatoriedade do voto feminino só veio com a Constituição de 1946. Inclusive, na própria Constituição de 1934 ficou estabelecido que somente as mulheres com funções públicas remuneradas eram obrigadas a votar; às demais o voto continuava sendo facultativo. Uma faca de dois gumes no Brasil de então. Assim, primeiramente, permaneceram alijadas do processo sufragista um grande número de mulheres que, mesmo alfabetizadas, permaneceram condicionadas à submissão masculina. Depois, continuaram alijadas do processo um superior número de mulheres e homens que, analfabetos, apenas em 1985 conquistaram o direito efetivo de votar e ser eleitos.

Nesse universo vale pensar que, entre os analfabetos, a superioridade numérica, incontestavelmente, era de mulheres e negros, ou, como nos preveniu Gisela Maria Bester⁶, mulheres negras. Dentro desta perspectiva, Antonieta de Barros mostrou-se como uma exceção. Aos cinco anos fora alfabetizada - conforme consta em notas de sua escassa biografia⁷ - a custo de muito sacrifício da mãe, que era lavadeira. Se nos reportarmos a Florianópolis de 1907 (quando Antonieta contava cinco anos) entenderemos a afirmação. Apenas para ilustrar, somente por volta de 1909, ocorre, no centro da cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, a

⁶ Ver artigo de BESTER, Gisela Maria. In Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: V. 15, n. 21, p11-22, 1997.

⁷ Não existe uma biografia de Antonieta de Barros e, sim, notas esparsas que informam sobre alguns fatos de sua vida. Assim é possível consultar, por exemplo, PIAZZA, Walter F. (Org.) Dicionário Político Catarinense. Fpolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p. 71

implantação do sistema de água encanada⁸.

Em seu itinerário pessoal, Antonieta de Barros optou por seguir o Magistério, parecendo, mais uma vez, contrariar o *destino* que costumava reservar às mulheres das camadas mais humildes o labor das atividades manuais que, em geral, estendiam-se às funções de modistas e lavadeiras⁹. Antonieta formou-se em 1921 e, poderíamos questionar, que outra profissão seria possível à mulher na década de 20, em Santa Catarina, já que o *ser professora* constituía-se quase como um atributo feminino? Por suas próprias palavras podemos conferir seu desabafo:

“Não se pode negar, Santa Catarina tem progredido quanto ao ensino superior. O Instituto Politécnico, com seus cursos de Engenharia e Farmácia, já reconhecidos pelo Governo Federal, e com outros que, também esperam sê-lo, e a Faculdade de Direito, há pouco fundada, atestam aquela nossa afirmativa... Há contudo, uma grande lacuna na matéria de ensino: a falta dum ginásio, onde a Mulher possa conquistar os preparatórios, bilhete de ingresso para os estudos superiores. O elemento feminino vê, assim, fechados diante de si, todos os grandes horizontes. O excelente ginásio que possuímos, não permite à Mulher a assistência das aulas... O máximo de ilustração oficial, proporcionado às Mulheres em Santa Catarina, está restrito a um curso de normalistas e nada mais.¹⁰”

Além de lecionar, a partir de 1929 Antonieta de Barros passa a escrever crônicas para alguns jornais de Santa Catarina e do país. Mas, é no jornal “*República*”, editado em Florianópolis, onde, de forma mais sistemática, seus trabalhos foram publicados sob a epígrafe de “*FARRAPOS DE IDÉIAS*”, ao fim dos quais assinava com o pseudônimo de *Maria da Ilha*.

Sintonizada com os reclames do seu tempo, sobre o Decreto e a intensa repercussão deste, comenta:

“Não compreendemos, mesmo, a grita levantada contra a porta, aberta ao sexo fraco, pelo direito do voto. E isto,

⁸ ARAUJO, Hermetes Reis de. A Invenção do Litoral – Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História, 1989. PUC.

⁹ Ver: PEDRO, Joana Maria. Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: Uma Questão De Classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994

¹⁰ Jornal **República**, Florianópolis, 12 de julho de 1932.

porque, diga-se entre parênteses, Mulher na política, em nosso país, sempre as houve. Não há novidade pois, a não ser que abandonam os bastidores, para se apresentarem em público.¹¹”

No entanto, sufragar não parecia ser um anseio da imensa maioria das mulheres brasileiras e nem da maioria das mulheres de Florianópolis¹² que, além de não se envolverem de forma mais incisiva com a luta sufrágica feminina, ainda chegavam ao requinte da crítica às que se aventuravam em tal proposta. Isso se deu por dezenas de motivos dos quais um já foi mencionado acima, referindo-se à via *naturalização alienante* da missão da mulher: esposa e mãe amantíssima. Talvez romper com esta proposta implicasse cair no ridículo do anacronismo. Outra razão poderia ser a de que o discurso sufragista não teria atingido as *massas* populares, ou seja, o discurso foi gerado por grupos das ditas *elites* e a esses grupos restringiu-se, não havendo, portanto, circularidade dessas idéias entre as mulheres operárias e assalariadas, por exmplo. Não tendo conseguido perpassar a camada social que o gerou, parece ter sido eficaz apenas em seu meio.

Segundo Branca Moreira Alves¹³, o movimento sufragista buscou trabalhar na própria estrutura do poder, fazendo nela seus principais aliados, chegando mesmo a ter acesso direto aos políticos e dirigentes. É o que podemos observar através do depoimento que segue, colhido pela referida autora em entrevista pessoal com Bertha Lutz, uma das mais conhecidas ativistas feministas que lutava pela permanência das garantias do voto feminino, as quais, como mencionei acima, deveriam ser legitimadas na Constituição de 1934, então em vias de estudo no Congresso.

A concessão do voto estava ameaçada de fracasso porque o presidente da Comissão encarregada na Assembléia Constituinte - assim como tantos outros constituintes - era desfavorável ao sufrágio feminino universal e inclinado ao voto qualificado. O voto qualificado, pela sua especificidade, privilegiaria apenas algumas poucas mulheres, diplomadas com títulos científicos e de professora, e que não estivessem sob poder marital ou paterno.

¹¹ Jornal **República**, 17 de julho de 1932.

¹² Conferir, PEDRO, Joana Maria. Op. Cit, p. 106. A autora pesquisou o jornal feminino **Pena, Agulha e Colher**, editado em Florianópolis, através do qual se manifestavam as mulheres de segmentos mais conservadores e, por isso, pode-se pensar, mais resistentes a mudanças. Talvez esse não fosse um pensamento da maioria das mulheres de classe média, mas como, na época, é o único jornal feminino da cidade, levou a autora a inferir que as imagens idealizadas desse jornal foram assimiladas.

¹³ ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo - A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil. Petrópolis Vozes, 1980.

No que, rapidamente, agiram as feministas:

“Então nós fomos reclamar. O secretário do Getúlio era primo da Carmem Portinho. Então nós tínhamos um meio de agir junto ao Getúlio. Mandamos dizer a ele que não queríamos o voto qualificado, queríamos o voto geral. Ele (Getúlio) disse; Dra. Carmem, eu sou a favor das mulheres porque elas fizeram a metade da Revolução! Ela disse: É por isso que o Sr. só quer dar metade do voto? Como assim, metade do voto? Ela disse: Pois é, quer dar voto qualificado, para certas classes, as outras não. Nós não queremos assim. Ou tudo ou nada! Ele disse: Está bem, eu falo com a Comissão para dar tudo!¹⁴”

Bertha Lutz, em 1918, pela primeira vez manifesta em público suas idéias feministas, através de uma carta à “*Revista da Semana*”, editada no Rio de Janeiro. Nesta carta demonstra a sua insatisfação, enquanto mulher educada a uma carreira científica, com o tratamento dispensado a seu sexo, denunciando que o homem, sob a capa do respeito, “mal esconde a tolerância e a indulgência, como se tratasse de uma criança mimada”¹⁵ e não uma profissional qualificada, capaz de pensar por si.

Não é possível deixar de observar que nos discursos daquelas feministas ainda não estava denotado, de maneira explícita, um desejo de radicalização do movimento, no sentido de promover a emancipação das mulheres em relação a sua condição de suposta subalternidade.

Ainda em 1919, Bertha Lutz funda, juntamente com Maria Lacerda de Moura, a *Liga Pela Emancipação Intelectual da Mulher*, substituída, em 1922, pela *Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino*, já sem a colaboração de Maria Lacerda de Moura, que observara a elitização do movimento e se retirara. Esta instituição aumenta o prestígio social de Bertha, seu ideal sufragista e, conseqüentemente, seu reconhecimento como *feminista*. Uma palavra socialmente pouco tolerada.

Talvez valha pensar, nesse contexto, no peso estigmatizante do ser *feminista*, tanto nos reportando à época estudada, quanto aos dias atuais.

¹⁴ Depoimento pessoal de Bertha Lutz concedido a Branca Moreira Alves que encontra-se reproduzido no livro acima citado p. 125.

¹⁵ ALVES, Branca Moreira. p. 99.

Ligadas a adjetivos de negação, não raro eram (e talvez ainda o sejam) imaginadas como renunciantes da *natureza feminina*, acusadas de pretenderem um abandono da tão proclamada *nobre missão* de mães e/ou esposas. Esses eram apenas alguns dos tantos estereótipos que lhes foram atribuídos pejorativamente.

Por receio, quem sabe, de ser catalogada no bloco das ditas feministas, Antonieta de Barros escrevia aos jornais salientando, como Bertha Lutz - e como Nísia Floresta Brasileira Augusta já o fizera em 1832 - a importância de um maior investimento e aprimoramento na educação feminina, defendendo-se constantemente de um possível ataque e proclamando: "...não somos feministas, se estende-se por feminismo a aspiração política, cigarro à boca, etc..."¹⁶. Observa-se aí o receio de ser estereotipada possivelmente como o foram Nísia (quase um século antes) e suas contemporâneas.

No Brasil, em maio de 1933, realizam-se eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Estas foram responsáveis pela elaboração da já comentada Carta Constitucional que, por sua vez, foi promulgada em 14 de julho de 1934. Apresentaram-se, então, Betha Lutz como candidata a Deputada Federal pelo Rio de Janeiro e Carlota Pereira de Queiroz também como Deputada, porém por São Paulo. Carlota foi eleita e Bertha entrou como primeira suplente. A despeito dos comentários que seguem nos jornais, através de notas sobre a *derrota do feminismo*¹⁷, que não teria contado com o apoio das mulheres por quem lutava, Antonieta de Barros manifesta sua opinião, escrevendo:

"Na derrota feminina nas eleições para a Constituinte, não vimos a maldade das mulheres para com as mulheres, mas simplesmente, o que tínhamos - a falta de independência moral em que, sempre, se acorrentou o sexo fraco. Os frutos da rotina não se despedaçam com simples golpes da audácia. São precisas marteladas infinitas, dissabores sem conta, para que se vislumbre um raio de luz, em tão intensa treva."¹⁸

Antonieta de Barros, por estas palavras, deixa transparecer estar absolutamente cônica da força disciplinarizadora dos discursos ideológicos exercidos sobre as mulheres, principalmente as da elite, pelas leituras

¹⁶ Jornal **República**, Florianópolis, 15 de abril de 1934.

¹⁷ Observe-se como se confunde o movimento feminista com o nome de Bertha Lutz, como se essa fosse a encarnação do mesmo.

¹⁸ Jornal **República**, Florianópolis, 3 de setembro de 1933.

endereçadas a estas através de jornais, revistas e romances, alimentando e mesmo construindo padrões de sensibilidade e imaginários.¹⁹

É importante ressaltar também o lugar social de onde fala Antonieta de Barros, uma mulher letrada, cronista de jornais e, em certo sentido, igualmente disciplinada e *reprodutora* dos ideais destes jornais. Indubitavelmente, os discursos disciplinadores, naquele momento, eram dirigidos às mulheres da elite e classe média alta, ou seja, às mulheres que liam e que tinham acesso não só à leitura, como à posse de jornais. Vale discorrer que as camadas populares não pareciam partilhar dessas referências, muito embora a pretensão das elites fosse abarcar os mais diversificados segmentos da sociedade. O número de analfabetos era significativo, talvez não tão díspar quanto em outros centros, como nos faz pensar Rosângela M. Cherm²⁰, porém grande o suficiente para não permitir a disseminação da leitura de jornais nos segmentos populares. Pelo menos não a leitura convencional a que fomos habituados entender como legítima. Talvez estivessem lendo com os olhos de outros.

Possivelmente, ao julgar saber a quem escrevia, Antonieta de Barros não se aventurava a quebrar, romper com os estereótipos vigentes em seu tempo, pois da conscientização da existência de um problema até a sua eliminação há um gigantesco passo que nem sempre consegue ser desferido. É possível mesmo, como afirma Joana Maria Pedro, que “o peso dos discursos normativos fosse grande demais para ser sacudido”.²¹

Antonieta entendia as leituras tradicionais da literatura feminina, “romântica à Delly”²², como **um** motivo para a inércia das mulheres que, por causa desse romantismo exacerbado, não se embrenhavam nos “sérios e delicados problemas sociais”²³. Chegou a responsabilizar os autores de tais obras, os “*artífices da idéia*”, por aquilo que considerava *fraquíssimo desenvolvimento cultural feminino*, desabafando nas páginas dos jornais, em seu Farrapos:

“São os próprios homens que depois se riem da falta de cultura e do pieguismo da quase totalidade das mulheres. Tudo

¹⁹ Neste trabalho estou procurando trabalhar com o imaginário na perspectiva de Bronislaw Baczo para quem “**O imaginário é uma face do real, desta forma, capaz de produzir situações concretas, incorporando regras implícitas e explícitas a uma sociedade**”. BACZKO, Bronislaw. Enciclopédia Einaudi. Vol. I. Porto Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, p. 31.

²⁰ CHEREM, Miranda Rosângela. Os Faróis do Novo Tempo – Política e Cultura no Amanhecer Republicano da Capital Catarinense. São Paulo: USP, 1998, Tese de Doutorado, p. 283.

²¹ PEDRO, Joana Maria. Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: Uma questão de Classe. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1994, p. 110

²² Jornal **República**, Florianópolis, 10 de abril de 1932.

²³ Jornal **República**, Florianópolis, 10 de abril de 1932.

é natural, é o reflexo da falta de comedimento, com que escrevem os artífices da idéia. A literatura chamada feminina é escassa, escassíssima. E, além de minguada ainda vem repleta de pieguismo²⁴, pieguices, virgem, completamente virgem de idéias. Literatura para convalescentes.²⁵”

Para ilustrar o excesso de sentimentalismo evocado pelas leituras “cor de rosa”, deparei-me com um depoimento de uma leitora romântica à la M. Delly, colhido por Maria Teresa Santos da Cunha: “... (ler romances) É como fugir um pouco desse mundo. Quando leio, não presto atenção em nada ao meu redor...”²⁶. Nessa perspectiva, para um grande número de mulheres, por motivos que já são bem conhecidos, o afastamento da política, devido a esta ser *coisa para homem*, evidenciava-se como fato natural, determinado pela Natureza. Sua “ausência” nos grandes centros de decisões, fóruns de representatividade político-social - como a Câmara de Vereadores, as Assembléias Legislativas e o Congresso Nacional - era e é ainda muito reveladora.

Mais uma vez, contrariando o senso comum de que *política era coisa para homem*, em 1934, Antonieta de Barros aceita o convite de Nereu Ramos para integrar a chapa do Partido Liberal Catarinense como candidata a Deputada Estadual. Este foi o único partido catarinense que agregou um nome feminino a sua legenda, o que gerou simpatias e desafetos, dentro e fora do partido.

Nos comícios, nos jornais, nas ruas, o nome de Antonieta de Barros foi então exaltado pelos partidários e execrado pelos opositores. Exaltado com adjetivos que lhe qualificavam como *notável educacionista, figura brilhante, ilustrada professora, consagrada intelectual*, os quais são apenas alguns dos tantos adjetivos que encontrei nos jornais pesquisados.

O Partido Liberal, composto pelos principais nomes das oligarquias catarinenses, usou de artimanhas as quais podemos classificar como apeladoras, exaltando-a de tal maneira que, aos eleitores, principalmente aos partidários, votar na candidata soava quase como uma obrigação moral. Nas propagandas veiculadas nos jornais encontram-se exemplos como os que seguem:

²⁴ Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: 1988, ed. Nova Fronteira. PIEGAS - 1. Diz-se de quem se embaraça com bagatelas. 2. Que é ridiculamente sentimental. 3. Próprio de piegas; em que há pieguice. 4. Pessoa piegas.

²⁵ Jornal **República**, Florianópolis, 06 de março de 1932.

²⁶ CUNHA, Maria Teresa Santos. Armadilhas da Sedução. Os Romances de M. Delly. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1999, p. 25.

“Antonieta de Barros, professora das de maior prestígio entre as suas colegas, que também lhe sufragam o nome, figura como lídima e fiel intérprete do sentir e do pensar femininos em Santa Catarina, na chapa do Partido Liberal - única organização partidária que assim presta homenagens à cultura e a nobreza de sentimentos da Mulher Catarinense. Votar pois, na Chapa Liberal é defender as reivindicações femininas, é elevar mais alto que ao simples dever de opinar – ao direito de ser eleita – a Mulher de Santa Catarina.²⁷”

Ou ainda:

“Eleitora! Antes da Revolução sempre te foi negado o direito de voto. Hoje desfrutas desse direito, direito sagrado que deves zelar. E a única maneira de zelar por este direito é sufragar os candidatos liberais.²⁸”

Antonieta foi alvo de atenções, olhares, comentários, não só do Estado de Santa Catarina, mas do Brasil. O jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro²⁹, por exemplo, veio entrevistá-la, não lhe poupando elogios. Porém, o que chama atenção na entrevista é o escrito ao final:

“... a ilustrada educacionista catarinense acaba de receber uma grande votação dos verdadeiros brasileiros, muito embora a campanha infeliz que os alemães e os teutos de Blumenau fizeram à cor de sua epiderme.³⁰”

Embora, no momento, o assunto não seja objetivo deste texto, é interessante observar o termo *verdadeiros brasileiros*, usado pelo jornalista entrevistador que, possivelmente, estaria querendo denotar o fato dos teutos não serem vistos com simpatia, talvez devido ao processo de nacionalização. Ao mesmo tempo, essa escrita ao final da entrevista aponta para a etnia de Antonieta de Barros ficando, assim, registrado o estigma do preconceito étnico que, até então, apenas de maneira especulativa, dava-se a inferir, uma vez que, em crônicas colhidas nas décadas de trinta e quarenta, ou mesmo

²⁷ Jornal **República**, Florianópolis, 14/10/1934

²⁸ Jornal **República**, Florianópolis, 24/10/1934

²⁹ Rio de Janeiro era então capital do Brasil e importante centro difusor de idéias.

³⁰ Entrevista concedida ao jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, e reproduzida pelo jornal **República**, de Florianópolis, em 24 de novembro de 1934. Portanto, após as eleições de outubro, mas sem o resultado oficial do pleito.

em entrevistas colhidas recentemente³¹, não se evidenciaram claramente, em palavras, as marcas do preconceito étnico do qual, certamente, ela foi alvo.

Porém, a respeito dos possíveis problemas que a cor de sua epiderme suscitou, registra-se, em 1951, um incidente entre Oswaldo Rodrigues de Cabral³², então Deputado Estadual pela UDN (União Democrática Nacional), e Antonieta, que não era mais deputada, mas continuava lecionando e escrevendo crônicas aos jornais, portanto, como se diz, na ativa. Na época, o Sr. Irineu Bornhausen, estava à frente do Executivo como Governador pela UDN, sendo apoiado por outros partidos menores. Realizava projetos muito discutíveis para o Magistério Estadual e a Educação Pública, projetos dos quais Antonieta não compartilhava ou sequer simpatizava, talvez por ser de um partido de oposição, ou ainda por se julgar atingida e decepcionada como professora, pois o governo insistia na publicação de notas que afirmavam ser “*a situação do ensino público desoladora*.”³³

Como me referi anteriormente, naquele momento Antonieta escrevia crônicas para o jornal *O Estado*, questionando os atos do Governador no tocante à Educação, gerando, pode-se cogitar, muita polêmica que, por sua vez, repercutia pela cidade. Esse fato levou Cabral a comentar, ao final de um discurso proferido na Assembléia Legislativa, que aquilo que Antonieta de Barros fazia ao escrever nos jornais era “*intriga barata de senzala*.”³⁴ Em função deste comentário, ela parece, então, saltar às páginas, respondendo através do jornal:

“... Mas onde foi isto? Na Alemanha de Hitler? ... Discordar das nossas considerações é direito de toda gente e, principalmente, dos que militam na situação, embora haja certos fatos, cuja cristalinidade e transparência impõem silêncio, para evitar que sejam mais focados. Por que desce o Deputado a apanhar as nossas idéias esfarrapadas?... Onde a intriga? Não existiu. Não é do nosso feitio essa modalidade

³¹ As entrevistas às quais faço referência foram realizadas por Maria Regina da Conceição, no Trabalho para Conclusão de Curso intitulado “Antonietta de Barros: O Perfil de Uma Educadora”, UFSC, 1999.

³² Importante historiador catarinense e autor dos mais conhecidos e referenciados trabalhos.

³³ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 29 de abril de 1951.

³⁴ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 06/05/1951. Em 1952, a Assembléia Legislativa sofreu um incêndio, sendo perdidos muitos dos discursos proferidos naquela Casa. Porém, como as sessões eram normalmente acompanhadas por articulistas e reproduzidos posteriormente nos jornais, é possível encontrar, de forma resumida, uma parte do que se perdeu. Em pesquisa realizada nestes jornais, não encontrei a frase citada por Antonietta como epígrafe de sua crônica, apenas a referência de que *Maria da Ilha* estaria sofrendo acusações pouco lisonjeiras por parte do Deputado.

de comportamento. Somos leais. Leal e agradecida. Sempre fomos. E é um dos característicos dos negros. Fizemos do Magistério o nosso caminho, e agimos sempre respeitando a professora que não morreu em nós, ainda, graças à Deus. Como pois, a intriga? Comprendemos que a delicada sensibilidade do nobre Deputado nada tenha sofrido diante daquela frase. Sua Excelência, para a felicidade de todos quantos são arianos – apesar de portador de um diploma de normalista, não milita no ensino público. Dizemos felicidade porque, à sua Excelência, falta uma das qualidades de professor: não destinguir raças, nem castas, nem classes...”

Antonietta, então, encerra sua extensa crônica com um enfático “*Não voltaremos ao assunto.*”³⁵ Referia-se ao assunto etnia, pois sobre a situação da Educação voltou a comentar no artigo seguinte e nos posteriores, até fevereiro de 1952, quando, em março, após entrar em coma diabético, deixou o palco da vida e silenciou-se. Porém, muito antes desse acontecimento, no ano de 1934, vemos uma Antonietta otimista, empolgada com a candidatura e com a possibilidade de ser eleita, discursando em comícios, participando de caravanas pelo Estado, conclamando as *companheiras*:

“Em Santa Catarina, nesse instante, cada mulher deve perguntar-se, conscientemente, com quem votarei? Com o Partido onde a igualdade é fictícia? Com o Partido onde a igualdade é um fato concreto? Mulheres catarinenses, por vós e para vós, meditai – na chapa do Partido Liberal, há um nome feminino que a integra.”³⁶

Com especial ênfase, o jornal *República*, por estar comprometido ideologicamente com a causa liberal e com os próprios nomes que compunham o partido, noticiava o número - que nos parece superfaturado - de pessoas que compareciam aos comícios do Partido Liberal Catarinense, o qual viajava em caravanas por todo o Estado. O clima eleitoral parecia ter contagiado a todos. Vê-se o entusiasmo pululando nas páginas dos jornais, que traziam notícias alvissareiras da *performance* feminina nos *novos* tempos. A coragem feminina mostra-se exaltada:

³⁵ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 06 de maio de 1951.

³⁶ Jornal *República*, 13/10/34

“Inez de Oliveira é o nome dum distinto ornamento da sociedade itajaíense, que nos escreve solidária na atitude altiva do Partido Liberal que inclui na chapa de deputados estaduais o nome de ANTONIETA DE BARROS, a primeira mulher catarinense que é candidata a um cargo eletivo. Inez de Oliveira não é o nome desconhecido no feminismo de Santa Catarina. Quando, em começo do ano de 1930, se agitou a alma nacional... a jovem, zombando de todo o preconceito retrógrado que àquele tempo, influiu nos hábitos e normas políticos, requereu a sua inscrição como eleitora, embora não tivesse ilusões acerca do indeferimento... afrontando o ridículo do anacronismo finalmente vencido, Inez de Oliveira foi a primeira mulher que reclamou o direito de eleitora...”³⁷

Porém, também lemos artigos, como o reproduzido abaixo, que denotam a distância entre o ideal que se quer - a mulher rompendo com os preconceitos, corajosa - e a prática cotidiana, que continuava alimentando estereótipos. São diferenciados discursos circulando nos mesmos dispositivos: “Uma mulher disse uma bobagem. As mulheres são uns animaes inúteis que viéram ao mundo para fazer os homens perderem tempo”³⁸.” Ou ainda: “Apesar dos pesares há uma correlação entre a mulher e o homem: a mulher é invencível pela língua e pelo absurdo, o homem é invencível pela razão e pela lógica.”³⁹

É muito interessante perceber que o colunista que escreve diariamente no jornal citado, intitulado “*Bisbilhota*”, chega a reproduzir, durante um mês inteiro, comentários desse teor, desqualificando a mulher e relatando, incólume, receber diariamente dezenas de cartas que o contestavam: “*Mandaram-me vários cartões desaforados. Li-os, dei boas gargalhadas e, a saúde disso, fumei um bom charuto, molhado Chartreuse.*”⁴⁰

Como se observa, é principalmente através dos jornais que estão sendo construídos, dentro de uma discursividade, os imaginários, as sensibilidades e o ideal. Os preconceitos e estereótipos não se rompem da noite para o dia, “*os frutos da rotina não se despedaçam com simples golpes da audácia...*” e, como nos preveniu Antonieta de Barros “são precisas marteladas infinitas, dissabores sem conta, para que se vislumbre um raio de luz em tão intensa treva.”

³⁷ Jornal **República**, Florianópolis, 12/10/1934

³⁸ Jornal **Gazeta**, Florianópolis, 27/04/1935.

³⁹ Jornal **Gazeta**, Florianópolis, 18/05/1935. Mantive a grafia das fontes.

⁴⁰ Jornal **Gazeta**, 18/05/1935.

Os FARRAPOS DE IDÉIAS, de Maria da Ilha, estiveram no cotidiano, mesmo que *apenas* das elites florianopolitanas, por mais de vinte anos. Tempo suficiente para o farrapo tornar-se (quem sabe) um grande tecido, capaz de envolver uma grande massa e, ainda que confeccionado sob a égide de seus interlocutores, ter se transformado em algo inteiramente novo, difusor de uma novidade que talvez tenha escapado às intenções de seus criadores.

A *novidade* do voto feminino foi sendo, com estranhamentos e resistências, incorporada ao cotidiano, chegando aos dias atuais, depois de tantos pleitos, ainda como uma novidade. Basta conferir o número de deputadas que se elegendem atualmente. No Estado de Santa Catarina, após sessenta e cinco anos, tivemos apenas mais cinco representantes femininas na Assembléia Legislativa e, embora o número nem sempre seja a expressão da verdade, não podemos acreditar que rompemos com os preconceitos definitivamente. Eles são permanências na nossa história e, por vezes, chegam a parecer invencíveis, embora, por certo, não os sejam.